

Algumas breves notas

sobre a região autónoma dos Açores

Gualter Furtado

Introdução

O 25 de Abril de 1974 é um marco histórico na vida dos Açores e decididamente possibilitou a criação das bases para uma mudança profunda no funcionamento económico e social e das instituições nos Açores. Por outro lado, foi graças ao 25 de Abril que se instituiu um novo tipo de relacionamento entre a Região e o poder central, eliminando-se comportamentos centralizadores e algumas situações aberrantes.

Em termos comparativos com a situação anterior ao 25 de Abril, defende-se a tese que actualmente existem melhorias significativas nas áreas das infra-estruturas económicas e sociais e nas condições de vida das populações. Contudo, persistem ainda algumas características que eram dominantes no modelo económico anterior, e que se reflectem fortemente na dependência externa dos Açores.

1. Breve caracterização da economia Açoreana no período imediatamente anterior a 25 de Abril de 1974

Afim de melhor se compreender a situação actualmente existente e de avaliarmos o papel que era reservado aos Açores, analisemos sucintamente os III e IV Planos de Fomento. Tratam-se de dois documentos fundamentais e que marcam uma nova abordagem económica em relação aos Açores por parte do poder central.

1.1. III Plano de Fomento (1968-1973)

- Neste plano, a delimitação da Região dos Açores «obedece mais a razões de ordem geográfica do que às exigências de ordem sócio-económica ditadas pelos critérios aplicáveis à delimitação regional, com vista à elaboração e execução de planos», isto, porque se «considera que a região não atinge a dimensão demográfica mínima usualmente aceite como padrão, mas o seu isolamento e a peculiaridade dos seus caracteres humanos e da estrutura económica impõem a sua definição como região plano-autónoma (III Plano de Fomento, Planeamento Regional, pág. 69. Esta orientação também era aplicada à Madeira).

- Quanto à estratégia de desenvolvimento dos Açores, ela devia assentar no que se considerava ser as potencialidades francamente positivas da Região:

- . As boas condições agrícolas e pecuárias do território,
- A riqueza piscícola das águas que o rodeiam,
- A abundância de mão-de-obra, embora não qualificada,
- A sua localização geográfica num cruzamento de vias de comunicação internacionais, (ob. cit. pág.71)

A estratégia a desenvolver passaria pela maximização do factor localização geográfica, como meio de transformar os Açores num centro internacional de comércio.

Por outro lado, definiam-se as seguintes orientações de fundo para a economia Açoreana:

- Atenuação da emigração,
- Implementação de complexos industriais nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, tendo por base a agro-pecuária e a pesca,
- Fomentar um alto grau de especialização na produção de forragem e criação de bovinos leiteiros, com o desenvolvimento paralelo da produção de primores e flores,
- Melhorar as infra-estruturas de apoio - transportes e energia eléctrica,
- Desenvolver o turismo, como complemento do desenvolvimento da região.

1.2. IV Plano de Fomento (1974-1979)

Como é sabido, este plano não chegou a ser formalmente executado devido à alteração política e institucional verificada no seguimento da revolução de 25 de Abril de 1974. Contudo, a sua referência é de extrema importância, na medida em que significa uma continuidade coerente do plano anterior, e sobretudo porque explicita um dado não contido no III Plano de Fomento, que consiste no seguinte:

- Maior integração da economia insular no «mercado metropolitano» através de uma maior inserção da economia regional nos «esquemas de desenvolvimento metropolitano o que implica um certo grau de especialização de actividades, com possibilidade das Ilhas virem a desempenhar um papel mais preponderante como fornecedores do Continente em alguns tipos de produção, sobretudo no campo da pecuária e nos domínios da fruticultura» (IV Plano de Fomento - Tomo 1 – págs. 215/216, semelhante papel era também reservado à região da Madeira).

Quanto às orientações de fundo, elas eram basicamente as mesmas do III Plano de fomento, aparecendo como inovação as seguintes:

- A efectiva integração de cada uma das ilhas no contexto da região e desta no conjunto metropolitano,
- Criação na cidade de Ponta Delgada de um estabelecimento de ensino superior.

1.3. **Consequências desta estratégia**

O primeiro aspecto a reter é que este modelo de crescimento económico e social criou profundas raízes nos Açores ultrapassando o período que formalmente termina em Abril de 1974. Por outro lado, é de não esquecer que as bases deste modelo foram lançadas num contexto de ausência de Autonomia. Avaliando muito sucintamente os resultados desta estratégia, que estão bem patentes no perfil económico e social em Abril de 1974, temos a salientar os seguintes aspectos:

- elevada especialização na produção de bovinos leiteiros e de vitelos, numa lógica de orientação externa intensiva,
- profunda transformação dos terrenos de cultura em pastagem, com um elevado peso do arrendamento rural, principalmente na ilha de S. Miguel,
- elevada dependência cerealífera,
- estreitamento da base industrial e inexistência de indústrias motoras, dependendo as existentes quase exclusivamente da transformação de produtos agrícolas e da pesca (os produtos mais significativos são a manteiga, o leite em pó, o queijo e as conservas),
- forte dependência dos mercados externos, com elevada concentração dos produtos exportados e numa situação de baixo poder de compra das exportações, como consequência da natureza dos produtos exportados e do seu fraco valor acrescentado (Exemplo: exportação de gado vivo para o continente) - elevado défice comercial no comércio de cabotagem (continente) e especial (estrangeiro),
- baixo nível de acumulação de capital,
- forte dependência nos transportes marítimos e aéreos, situação extremamente grave dado tratar-se de uma pequena economia insular,
- assimetria na repartição do rendimento e baixo nível de satisfação das necessidades básicas das populações,
- elevado nível de subemprego,
- forte emigração,
- baixo nível de infra-estruturas em sentido lato,
- aparecimento de um elevado grau de monopolização nas importações de bens de consumo e na sua posterior distribuição aos retalhistas.

Como se pode verificar pelo que acima se referiu, as orientações de fundo apenas foram plenamente concretizadas no que respeita à especialização na pecuária e no papel de fornecedores do mercado continental nestes produtos.

2. **As principais condicionantes ao desenvolvimento económico dos Açores**

As restrições físicas - Os Açores abrangem uma área territorial de 2344 Km², constituída por 9 ilhas de diferentes dimensões, basta comparar as casas extremas de São Miguel (757 Km²) e do Corvo (10 Km²). Simultaneamente, existe uma grande dispersão na localização das diferentes ilhas, sendo a maior distância a que se verifica entre Santa Maria e o Corvo (620km) e a menor entre o Faial e o Pico (10km). Este afastamento inter-ilhas é agravado pela distância que separa o Arquipélago do Continente Português (1500 a 2000km).

Outros elementos que merecem ser destacados são os seguintes:

- Exiguidade da terra (a superfície agrícola abrange 184 000 hectares - embora com um elevado fundo de fertilidade dos solos),
- Fracos recursos hídricos em mananciais subterrâneos,
- Desconhecimento de minerais susceptíveis de aproveitamento económico,
- Inexistência de combustíveis fósseis (80% da energia produzida nos Açores resulta da queima de combustível importado - a geotermia pode alterar esta situação, contribuindo para uma grande economia de custos).

As restrições demográficas - A população dos Açores é de cerca de 250 000 habitantes (censo de 1981), e apresenta as características de uma população fortemente marcada pela emigração, em termos da composição etária e da qualidade e quantidade da oferta de mão-de-obra. A pequena dimensão demográfica é ainda mais acentuada pela dispersão a par um poder de compra baixo, embora tenha melhorado nos últimos anos.

A natureza insular do território (dispersão, afastamento, e isolamento) e a sua pequena dimensão, são à partida fortes condicionantes à economia de encargos financeiros e à rentabilização dos investimentos. Neste contexto, o sector externo é de primordial importância para assegurar a viabilização de projectos, que estão condenados ao fracasso se tiverem em conta apenas o mercado interno.

As restrições externas - À semelhança do que se passa na maioria das pequenas economias insulares, também nos Açores as restrições externas não raras as vezes acabam por ser determinantes nas escolhas alternativas dos mais variados domínios da política económica e social. Nos Açores, os principais estrangulamentos, são os seguintes:

- Instabilidade nos ganhos provenientes do sector exportador, com o resultado das flutuações conjunturais e da protecçãoismos verificados nos mercados externos,
- Impactos negativos na Região decorrentes da política orçamental, cambial e monetária seguida pelo governo central,
- Ausência de controle nos transportes externos (tarifas, tipo de transporte, horários, etc),
- Intervenção nula nas regras de comercialização existentes no exterior.

Outras restrições - Sem uma preocupação em hierarquizar rigorosamente, apresenta-se os seguintes condicionantes:

- Inexistência de um sistema estatística integrado e funcional, de que é exemplo flagrante a ausência de Contas Regionais. Elemento imprescindível para a fundamentação da planeamento económico e social, mesmo que seja exercido apenas em termos indicativos,
- Falta de coordenação entre as diferentes políticas sectoriais regionais e nacionais, a que não é estranho as contínuas alterações na política económica nacional e a elevada taxa de rotação a que tem estado sujeito o governo central.

3. Breve balanço do período posterior à Autonomia Constitucional

Em termos gerais o balanço é animador, e os resultados mais positivos verificam-se nas infra-estruturas económicas e sociais, e numa melhoria efectiva nas condições de vida das populações, e sobretudo se tivermos em conta o panorama existente no período anterior ao 25 de Abril de 1974. Acrescente-se aos resultados anteriores, o funcionamento da democracia pluralista e a afirmação das instituições autonómicas dos Açores no contexto nacional, parâmetros fundamentais no processo de desenvolvimento e no aprofundamento da Autonomia. Quanto aos aspectos negativos, situam-se principalmente na área da dependência externa e têm muito a ver com a estratégia de desenvolvimento esboçada no ponto 1 e com os condicionalismos referidos no ponto 2. Isto é, o actual modelo de crescimento económico evidencia muitos pontos de contacto em termos económicos com o anterior modelo, embora enquadrado por um poder político democrático. As necessidades, do desenvolvimento interno só numa proporção pequena, é que está a ser assegurada pela poupança interna. Para contrariar esta tendência os Açores devem prosseguir uma estratégia de desenvolvimento mais «self-reliance», tendo por base um crescimento económico relativamente mais auto-sustentado.

Evidentemente que dada a natureza e dimensão da região estas expressões devem ser entendidas na sua devida proporção. Devido à situação de partida dos Açores, o recurso ao financiamento externo e à solidariedade nacional activa são necessários, mas só fazem sentido se a sua aplicação for efectuada em projectos de rentabilidade económica e social que contribuam para a afirmação da viabilidade da região e para o rompimento progressivo com os «artificialismos» a que tem estado sujeito a manutenção do actual modelo (remessas dos emigrantes, etc.). Esta orientação é o melhor contributo para contrariar a falsa ideia que os Açores são apenas recebedores líquidos de subsídios do Orçamento Geral do Estado.

- A transformação estrutural e modernização da economia Açoreana, tendo em vista uma maior diversificação e flexibilidade da sua base económica, a fixação de valor acrescentado regional, um melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos, são condições fundamentais para dar uma base real à melhoria das condições de vida das populações, fim principal da nossa estratégia de desenvolvimento.